

Conclusão

Dina Czeresnia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CZERESNIA, D. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 123 p. ISBN: 85-85676-32-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONCLUSÃO

Procurou-se demonstrar neste livro como o conceito de transmissão foi demarcador de uma nova objetividade ao abrir um campo de elaboração discursiva sobre a propagação de doenças epidêmicas que, tendo como base a precisão, a coerência e a demonstração, garantiu à epidemiologia o estatuto de campo científico. Essa descontinuidade foi marcada por uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da doença, a qual constituiu o surgimento da medicina moderna.

O discurso explicativo sobre as doenças epidêmicas ganhou poder de precisão e objetividade quando sua apreensão deslocou-se dos sentidos do tato e do olfato para o sentido da visão. Isto ocorreu desde que o olhar médico orientou-se para as lesões nas estruturas anatômicas de revestimento corporal. Essa afirmação é evidenciada pela presença constante da referência ao comprometimento da pele e das membranas respiratórias e intestinais no discurso que interrogava a origem das doenças epidêmicas naquele período. A partir dessa problematização, contagionistas e anticontagionistas, como Virchow, Henle ou Snow, tentaram definir agentes responsáveis pelo desencadeamento do processo inflamatório e o modo como se propagavam, configurando a emergência do conceito de transmissão.

Portanto, mesmo considerando a polêmica que contrapôs importantes divergências de pensamento entre contagionistas e anticontagionistas, deve-se levar em conta que ambos compartilharam a mesma crença cognitiva que marcou a emergência da medicina moderna. O discurso médico desse período caracterizou-se pela busca de explicação sobre a doença nas alterações morfológicas e funcionais.

Essa mudança na construção da medicina foi também articulada ao desenvolvimento das ciências da vida. A biologia constituiu-se como ciência nessa época, ao iniciar o estudo da organização dos seres vivos através do conceito de organismo, definido como unidade composta de partes coordenadas entre si na realização de distintas funções. Logo em seguida, a célula foi concebida como a estrutura básica e elementar no estudo da organização.

O conceito de transmissão, principalmente após ligar-se à teoria dos germes, assumiu a configuração característica do conhecimento da época. Emergiu relacionado ao estudo de estruturas morfológicas e funcionais, como as lesões anatômicas da pele e das membranas. Além disso, posteriormente, vinculou-se à teoria celular, definindo seres vivos unicelulares como causa das doenças. As conseqüências da

construção do conceito de transmissão articulam-se então ao de organismo e, portanto, à própria história da biologia.

O organismo foi caracterizado, no século XIX, por meio da sua estrutura material e visível através de instrumentos. A marca dessa configuração do corpo orgânico trouxe conseqüências fundamentais para a representação do corpo humano. A constituição da biologia como ciência foi integrante de um processo de disjunção do saber que aprofundou a cisão entre corpo e alma, característica do pensamento ocidental. O corpo orgânico correspondeu às ciências da natureza, sendo dissociado do psíquico, do humano e do social.

O processo de progressiva fragmentação na apreensão do corpo produziu também uma dissociação na concepção do meio ou circunstâncias que o envolvem. Ao organismo biológico circunscreveu-se um meio concebido como constituído de elementos físicos, compostos químicos ou atributos como calor, umidade, luz, eletricidade e pressão. Já às estruturas invisíveis do corpo, presentes nas idéias de alma e espírito, corresponderam circunstâncias vinculadas à cultura e às relações mediadas pela linguagem e organização social humana.

Além de localizar-se no contexto científico que configurou a concepção de corpo orgânico, a construção do conceito de transmissão agregou novas conseqüências às representações sobre corpo. O conceito de transmissão de agentes microbiológicos não significou apenas a identificação de estímulos específicos entre outros que, na relação com o organismo e em determinadas circunstâncias, produzem doenças. Como decorrência da teoria microbiológica sucederam-se outras elaborações conceituais que se integraram à estrutura discursiva e de análise da biologia do século XIX e interferiram na forma como o discurso médico vai representar o organismo.

Sem conseguir explicar de que modo o organismo é capaz de conservar sua unidade e individualidade morfológica integrando suas milhares de células, o discurso médico, apoiado na teoria dos germes, vai explicar o processo da doença através da ação lesiva do agente que a causa. Para além da elaboração e viabilização de tecnologias de intervenção específicas, passou-se a compreender o organismo mediante conceitos que concebem sua estrutura como um sistema de defesa a agentes estranhos, construindo-se uma representação de corpo como estrutura primariamente defensiva.

A construção do conceito de transmissão esteve assim vinculada a um processo progressivo de reduções, conseqüente ao desenvolvimento do método analítico que caracterizou a racionalidade científica. Esse esforço de análise viabilizou recursos operativos específicos para intervenção no processo da doença. Ao mesmo tempo, construiu representações que descartaram aspectos fundamentais do processo vital.

Considera-se, portanto, a importância de diferenciar os acontecimentos e as coisas dos conceitos e representações que tentam explicá-los. Assume-se como limite central da construção do conceito de transmissão o distanciamento da questão da autoconservação, no sentido de um acontecimento constitutivo da vida na sua concretude, um fenômeno fundamental passível de diversas interpretações e conceituações.

Sem dúvida, ampliando-se a noção de vida, reconfiguram-se questões que, invariavelmente presentes na história da biologia, foram abordadas de modo restrito através do conceito de organismo. Ao tematizar a autoconservação do ser vivo, a biologia historicamente tematizou as suas interfaces: o que lhe é interno e externo, suas superfícies de encontro e separação. O ser vivo foi definido como um efeito do contato com seu meio ou como um reativo a ele; embora distinga-se, não é separável de seu 'meio', suas 'circunstâncias' ou 'condições de existência'.

A evidência de que o ser vivo discrimina-se do todo, mas só vive a ele vinculado, remete a uma condição ontológica que não se restringe à dimensão anatômica. Especificamente para o homem – um ser simbólico – pele e mucosas não são apenas estruturas morfológicas. A questão da interface como lugar de encontro e separação remete a um fenômeno vital muito mais amplo que os conceitos articulados à biologia poderiam alcançar. A estrutura anatômica da pele e das mucosas é apenas o elemento visível do corpo concreto, para o qual o sentido de relação é tão primordial quanto o de autonomia.

Essa consideração remete à outra hipótese central deste livro: as diversas teorias e conceitos de doença epidêmica no decorrer da história tiveram como elemento comum a problematização das interfaces do corpo. Essa formulação ganha consistência ao encontrar-se referências a essas interfaces, de distintas maneiras, mas invariavelmente presentes, inclusive em outras conceituações de doença. Dessa maneira infere-se que, provavelmente, as interfaces corporais estão estreitamente implicadas nos processos concretos do adoecer. O conceito de transmissão, ao focar as estruturas anatômicas de revestimento corporal, relaciona-se a uma determinada forma de conceituação da doença referida à interface do corpo.

Destacou-se, no decorrer deste estudo, várias evidências nesse sentido, e a mais remota delas é a própria noção de contágio, derivada de 'contato'. Mesmo anteriormente à elaboração de teorias com pretensão científica sobre a propagação de epidemias, as percepções do contágio e miasma relacionaram a doença aos sentidos do tato e do olfato. As porosidades do corpo, indicadoras de abertura aos estímulos e sensações por eles provocados estiveram relacionadas à 'peste' nos tratados medievais. O adoecimento referia-se às circunstâncias que ampliavam os espaços de permeabilidade do corpo, tornando-o propenso à entrada de estímulos danosos.

Referências privilegiadas da história da imunologia indicaram que a imunidade relaciona-se à nutrição e às membranas mucosas do organismo. Metchnikoff propôs a fagocitose como base da explicação da imunidade. Haveria, segundo este autor, um elo filogenético entre nutrição e imunidade, e uma ligação ontogenética destes fenômenos com as células da membrana intestinal. Mesmo que a imunologia atualmente privilegie o estudo da imunidade através de estruturas da profundidade do corpo, esta consideração sugere que o fenômeno imune é primariamente um fenômeno que ocorre na interface.

A concepção de Freud sobre o funcionamento e as desordens do aparelho psíquico reitera que a importância da interface do corpo não se restringe a fenômenos orgânicos no sentido estrito. Em *Projeto Para uma Psicologia Científica*, quando iniciou o processo de construção de sua teoria, utilizou a linguagem da biologia da época e tematizou o impacto do meio sobre o organismo, assim como a reação do organismo ao meio e ainda as excitações endógenas ao organismo. Os conceitos que desenvolveu descolaram-se da construção de corpo orgânico da biologia, apesar de manter-se a evidência de que na base do conceito de corpo psíquico está uma abordagem do corpo concreto, que incorporou em sua conceituação elementos de estruturas não visíveis. Seu ponto de vista é dinâmico e energético e não morfológico e material.

O aparelho psíquico foi concebido como um sistema que recebe, retém, transforma e descarrega quantidades de energia, garantindo a regulação e neutralização dos estímulos que o atingem. Integra funções de contato e de barreiras de contato, resistência e facilitação, permeabilidade e impermeabilidade, sendo capaz de filtrar quantidades de energia, retendo apenas uma fração desta. Em seu interior, quantidade vincula-se a qualidade, ou seja, Freud teoriza como o aparelho psíquico é capaz de processar quantidades de energia através de complexos mecanismos, vinculando-as a qualidades que se tornam imagens de sensações conscientes. Ao definir estruturas corporais que, não podendo ser vistas, poderiam ser apreendidas por diferentes efeitos, inclusive os que se dão através da linguagem, Freud atribuiu importância etiológica na doença psíquica a traumas qualitativos simbólicos como o susto ou a ameaça à vida.

O aparelho psíquico, portanto, também se faz interface entre o interno e o externo. O processo de embriogênese é mesmo uma evidência neste sentido: o sistema nervoso central origina-se do ectoderma.

Thomas Mann não produziu apenas uma expressão literária ao dizer que o sistema nervoso central é apenas uma leve modificação da camada exterior da pele, e que nas espécies inferiores do reino animal ainda não existe uma diferença entre central e periférico, sendo a pele utilizada para cheirar e saborear. Em poucas frases, seu personagem de *A Montanha Mágica* construiu imagens capazes de iluminar verdades que a perspectiva fragmentária da ciência ofuscou: as teorias das doenças epidêmicas construíram representações corporais que levaram a um progressivo 'fechamento' das suas interfaces; a pele tornou-se um órgão protetor e transmissor e "é até possível que a função defensiva e protetora da pele não se restrinja exclusivamente à esfera física" (Mann, 1980:295).

Se a ciência conceituou a vida de forma descontínua e fragmentada, a arte em alguns momentos consegue traduzi-la em imagens que captam sua integridade. Alguns saberes anteriores à emergência da medicina moderna e, especificamente, da epidemiologia enquanto discurso científico amparavam-se em estruturas perceptivas que também preservaram a totalidade dos fenômenos. A teoria da constituição epidêmica, elaborada por Sydenham, foi uma releitura do pensamento hipocrático,

que por sua vez, apresentou uma concepção de doença cuja base filosófica estruturou-se a partir da idéia de *physis* dos filósofos pré-socráticos. Esta, apoiada em uma racionalidade distinta da que orientou a ciência moderna, concebeu o mundo como uma totalidade plural e diversa na qual atuam forças de reunião. Forças paradoxais que tendem à desagregação e à agregação coexistem, criando harmonia e equilíbrio dinâmicos, constituintes da própria natureza.

Esta forma de apreensão do fenômeno vital como constituído de forças simultâneas e paradoxais, que, apesar de opostas, coexistem e exigem-se mutuamente, encontra também afinidades com o pensamento 'biológico' de Nietzsche que, por sua vez, inspira-se na arte trágica entre a forma e a medida apolínea e a desindividuação e a desmesura dionisíaca.

Descobertas bem mais recentes da biologia aproximam-se de uma compreensão que também considera a vida como decorrente de forças paradoxais. Já na segunda metade do século XIX definia-se que a vida caracterizava-se por ser capaz de contrariar provisoriamente o segundo princípio da entropia que impele o universo à desordem. A vida então decorria de forças de organização que conviviam com forças de desorganização. Os achados da biologia, na segunda metade do século XX, relativos ao ADN, fornecendo base material à teoria da evolução, dão mais consistência a essa afirmação. A reflexão de Jacques Monod considera que a diversidade dos seres vivos formou-se no decorrer do processo evolutivo devido à propriedade de manter invariante sua estrutura e, ao mesmo tempo, de captar, absorver e preservar o acaso. A diversidade da vida é, assim, decorrente da relação entre acaso e necessidade, entre ordem e desordem.

Henri Atlan, com base na mesma reflexão, considera a auto-organização do ser vivo um processo constante de desorganização-reorganização. A ética que propõe fundamenta-se, assim, na afirmação de que a vida é constituída por forças que simultaneamente tendem à organização e à desorganização. Uma ética natural seria aquela constituída de regras e valores capazes de expressar o natural, isto é, que possibilitassem a cada um o saber de como fluir entre as forças que constituem a própria vida, evitando o triunfo definitivo de uma sobre a outra. Um triunfo de forças que levam à ordem ou à desordem, à abertura ou ao fechamento, à permeabilidade ou impermeabilidade constituiria a própria morte, a interrupção do processo da vida, seja numa ordem absoluta e definitiva seja numa desordem total.

Apoiados agora em uma perspectiva sistêmica, novos desenvolvimentos na biologia aproximam-se de concepções que ficaram, na vigência da racionalidade da ciência moderna, relegadas 'às quimeras dos séculos passados'. Busca-se construir um discurso explicativo que se aproxime de outras estruturas perceptivas. As mudanças que se processam no discurso científico, nesse sentido, tendem a vincular-se a novas formas de interação entre a estrutura perceptiva que caracteriza a racionalidade científica e os sentidos humanos que configuram outras formas de apreensão da realidade da vida.

A história das epidemias foi a de acontecimentos trágicos permeados de morte, dor e sofrimento, correspondendo à imagem de que as vivências de relação dos homens “não eram doces complacências”. A experiência do contágio ressalta o paradoxo do quanto a relação com o outro é vital e fundamental e, ao mesmo tempo, traumática e geradora de sofrimento. As teorias explicativas sobre as epidemias falaram historicamente do lugar da ordem, assumindo valores como proteção, segurança, prudência e controle, buscando encontrar formas racionais de lidar com a experiência das epidemias e com o medo do ‘contato’. A cultura ocidental tendeu a construir dualidades, compreendendo a simultaneidade de forças como oposições a serem resolvidas pelo privilegiamento de umas em detrimento de outras. O papel civilizatório das teorias científicas esteve relacionado ao pólo da normatização e da ordem. Essa foi a trajetória que levou ao conceito de transmissão e às representações corporais que ele construiu.

Este livro, que busca relacionar a história da epidemiologia à da biologia e à questão da autoconservação da vida, conclui pela necessidade do resgate de uma opção dinâmica na conceituação de corpo e de doença. Porém, deve-se ressaltar que criar formas de conviver com a simultaneidade entre permeabilidade e impermeabilidade relaciona-se à construção de ‘circunstâncias’ favoráveis à conservação da vida. O processo que levou ao progressivo ‘fechamento’ das interfaces corporais não se restringe à história do conceito de transmissão. Ele se amplia em aparatos de segurança e proteção cada vez mais numerosos e sofisticados e articula-se à emergência de problemas de saúde que configuram uma realidade epidemiológica complexa, que caracterizadas também por doenças ‘não transmissíveis’, evidenciam contudo que o adoecer é fundamentalmente uma questão de relação e de ‘contato’.